

# MULHERES-TERRITÓRIOS

MAPEANDO CONFLITOS,  
AFETOS E RESISTÊNCIAS





# MULHERES-TERRITÓRIOS

MAPEANDO CONFLITOS,  
AFETOS E RESISTÊNCIAS



instituto  
PACS

# FICHA TÉCNICA

## Realização



Avenida Henrique Valadares, 23, sala  
504, Centro, Rio de Janeiro – RJ  
Telefone: +55 21 2210-2124  
contato@pacs.org.br  
www.pacs.org.br

## Coordenação Colegiada

Aline Alves de Lima  
Marina Ferreira Praça

## Organização e Concepção

Ana Luísa Queiroz  
Marina Ferreira Praça  
Yasmin Bitencourt

## Redação

Ana Luísa Queiroz  
Marina Ferreira Praça

## Revisão

Alex Hercog  
Isabelle Rodrigues

## Projeto Gráfico e Ilustrações

Camila Schindler

## Diagramação

Karoline Kina

## Organizações parceiras



## Apoio



Rio de Janeiro, 2021.

ISBN 978-65-992516-3-4



## Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons AttributionNonCommercial-ShareAlike e 4.0 International license. Equal 4.0 International. Textos e fotografias podem ser utilizados, copiados, distribuídos, exibido ou reproduzido em qualquer meio ou forma, mecânico, electrónico, incluindo fotocópias, desde que não fotocópia, desde que não tenha finalidade comercial e que as fontes, autores e autores sejam citados.

# ÍNDICE

## **Uma viagem que percorre histórias, conflitos e resistências no Brasil**

Começando a viagem .....	4
Caminhos e sentidos desse percurso .....	6
Catas Altas - Minas Gerais .....	12
Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pernambuco .....	18
Piquiá de Baixo e Assentamento Francisco Romão - Maranhão .....	26
Altamira - Pará .....	34

## **Seguindo a viagem por outras terras latinoamericanas e caribenhas**

A colonização de ontem e hoje e cantos de resistência .....	40
Guatemala .....	42
Haiti .....	44
Bolívia .....	45
Chile .....	46

<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>48</b>
---	-----------



# COMEÇANDO A VIAGEM

Nessa publicação vamos embarcar em uma viagem para conhecer alguns territórios, suas histórias e lutas contra megaprojetos extrativistas e indústrias, a partir dos olhares, corpos e trajetórias de mulheres guerreiras e suas coletividades.

Partimos das histórias de vida e das memórias para compor e mapear as transformações vividas desde os territórios pelas mulheres. Em seguida, avançamos coletivamente na compreensão dos impactos marcados nos corpos e sonhos de vida das mulheres e suas comunidades. Identificamos juntas, também, quem são os que invadem, se apropriam e se dizem donos das terras, montanhas, rios, mangues, aqueles que atravessam culturas e formas de viver, e transformam o trabalho humano e natureza explorados em lucro e acumulação. E assim como olhamos para as violações, nessa caminhada e nos diálogos construídos, buscamos sempre identificar e visibilizar as resistências, as formas de produzir vida e alegria em meio às violações sofridas, a potência dos encontros e do fazer junto, e das alternativas construídas entre mulheres.

Compomos, assim, o que vamos chamar aqui de mapas de poder político-afetivos em territórios atingidos por megaprojetos ditos de “desenvolvimento”. Uma das perguntas-chaves que nos moveu nesse material, como em tantos outros, foi: desenvolvimento para quê, para quem e como? Essa pergunta é motivada pelo contraste do discurso do desenvolvimento que, ao mesmo tempo que promete uma transformação positiva onde se instala, impõe aos territórios e a quem nele vive doenças, uma natureza morta, uma água sem vida, tristezas e a destruição de práticas produtivas, de lazer e cultura comunitárias.

Essa e outras reflexões estarão nas páginas a seguir. São composições entre as vozes diversas de mulheres diversas. Esse material é fruto de ENCONTROS junto a coletivas de mulheres de Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Maranhão. Coube a nós, do Instituto Pacs, contribuir para a realização desses espaços através de diálogos, intercâmbios e do ecoar dessas histórias. Com esse material, propomos uma maneira de compartilhar as experiências desde o pensar os encontros, a organização deles, o momento e o depois.

Trata-se de um material que traz em sua simplicidade a organicidade e a potência das resistências vividas todos os dias pelas

mulheres no Morro da Água Quente - Catas Altas, em Minas Gerais, após a chegada da mineração de larga escala realizada pela VALE S.A; assim como pelas mulheres de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho na região metropolitana de Recife, em Pernambuco, impactadas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape, que reúne mais de 70 empresas que se instalaram sem permissão em seus quintais, mangues, quilombos e cidade; pelas mulheres da Volta Grande do Xingu, em Altamira, no Pará, atingidas diretamente pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Norte Energia que está matando o rio Xingu e as populações ribeirinhas, pescadores, indígenas que vivem e são o rio; e pelas mulheres de Piquiá de Baixo e do Assentamento da Reforma Agrária Francisco Romão em Açailândia, no Maranhão, que vivem todos os dias os impactos da Ferrovia Grande Carajás da Vale S.A., assim como das empresas siderúrgicas e da monocultura de soja e eucalipto, não permitindo que se desenvolvam e vivam.

Essas experiências de sobre-vivências aqui se apresentam em formas de texto e mapeamentos simbólicos do vivido e sentido. Mapeamentos construídos pela fala e escuta, pelo corpo e emoções, pela indignação e alegria, pela escrita e a arte.

Somadas a essas experiências, trazemos também alguns exemplos de impactos e lutas vividas em outras partes da América Latina e do Caribe, que dialogam com as experiências e mapeamentos aqui compartilhados. Sabemos que as resistências estão em cada canto da nossa região e que a sobrevivência se dá pela força e potência da terra e dos povos guerreiros que a mantêm viva, mesmo sofrendo ataques diários e que se mantêm desde a invasão e colonização capitalista. A cada novo período histórico, o capitalismo e seus agentes de carne e osso, com nome e sobrenome, se renovam e atualizam suas práticas de violência, apropriação e expropriação dos corpos e territórios. Nesse texto, contribuimos para a exposição dos megaprojetos, das empresas transnacionais que atravessam fronteiras, do Estado e tantos atores sociais que legitimam essa realidade.

Esperamos que as histórias contadas possam reverberar e ser parte da resistência que sempre existiu e segue desde a potência viva da terra, das águas, das mulheres guerreiras desse tempo e de outros, e de suas comunidades de vida, alegria e rebeldia.



# CAMINHOS E SENTIDOS DESSE PERCURSO

---

Os processos de construção coletiva de conhecimento são traçados e vividos concomitantemente. Os mapas de poder político-afetivos não foram diferentes. No caminho, colhemos ideias, vivências anteriores, trocamos, escutam os e confabulamos como faziam e fazem as bruxas, as curandeiras e as andarilhas. Caminhamos por meio das brechas, das poções, do que se une e se constrói, por meio da vida, do mistério, da fofoca, dos olhares e do sutil. Dos ditos e daquilo que não pode ser dito, mas sentido. E assim foi sendo, até chegarmos aqui.

Colhemos ideias no processo da “Cartografia Feminista Enfrentamentos aos Racismos pelos Olhares das Mulheres”, da Coletiva Militiva, da Zona Oeste do Rio de Janeiro; do material “Mapeando el Cuerpo-território” do coletivo latino-americano Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo; do “Manual de Mapeo Colectivo” do Coletivo Iconoclastas, da Argentina; da experiência da Colectiva GeoBrujas, do México; dos mapeamentos e histórias da Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de los derechos ambientales y sociales; e do material “Los feminismos como prácticas espaciales”, do Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador. Estes são alguns dos exemplos que, entre

outros saberes construídos prioritariamente por mulheres, nos deram pistas e ideias para trilhar nosso caminho.

Buscávamos formas de representar graficamente histórias, emoções, conflitos e resistências em territórios atingidos por megaprojetos a partir do olhar das mulheres. Junto a elas, levantamos questões que as apoiariam a olhar e falar o que sabem e sentem todos os dias. Como vêm e sentem seus territórios? Quem as atravessa? Quais as histórias e as transformações sofridas? Como o cotidiano, o trabalho e as relações são atingidas e vividas? Assim, buscamos desnaturalizar os impactos, visibilizar as relações e o trabalho e criar espaços de compartilhamento dos afetos coletivos e pessoais.

Entender e transformar em imagens e história coletiva as transformações vividas, a memória, as relações com a natureza e as temporalidades era o nosso objetivo. O processo para chegar foi sendo construído a cada passo.

Viajamos, percorremos os territórios e apostamos nas rodas de conversa e no mapeio do pensamento coletivo como ferramentas de elaboração e registro, sem buscar o consenso, mas por meio do esforço da escuta e do afeto entre mulheres. As elaborações se deram pela troca, espaços para aguçar o sentir e o corpo como elemento que fala, além de representações espaciais, desenhos e quaisquer outras formas de expressão corporal, escrita e/ou falada, de maneira individual e coletiva. O intuito era instigar a identificação das



vivências e reconhecer as transformações vividas com a chegada de megaprojetos gigantes, que atravessam corpos e territórios e impactam física e emocionalmente de maneiras profundas e múltiplas.

## O SENTIR E A PRÁTICA POLÍTICA INVESTIGATIVA DESDE OS CORPOS-TERRITÓRIOS

Nas oficinas realizadas, a proposta envolvia se (re) conhecer enquanto corpo-território e construir confiança. Um momento que envolvesse o corpo, o respiro, o espaço para o vazio e o tempo para as emoções. Tinham dinâmicas para rir, quebrar o gelo e se mover antes da conversa, partindo do território e das memórias para chegar na invasão e atravessamento pelos megaprojetos, e nas resistências.

Foram dias de levantar cedo, percorrer estradas, almoçar juntas, rir, atravessar rio, mangue, participar de ato, audiência pública, encontros grandes e pequenos, denunciar para órgãos nacionais e internacionais, aprender sobre tantas coisas.

A chegada envolvia um caminho, nunca um lugar perdido, tinha uma intenção naquele trajeto para o começo se dar. O tempo para ir entendendo o que viria. O primeiro passo sempre o café, o pão, a fruta do local, e o tempo para o papinho - que parece pouco, mas é muito.

O segundo momento era para o corpo se entender ali e para nossa atenção poder se achegar naquela coletividade, fazer da presença algo sentido e vivo. Nesse processo, entendemos a



mística como um espaço fundamental da construção. Um tempo dedicado ao despertar do corpo, da consciência de si e do outro, de aguçar os olhares e os sentidos, lubrificar as articulações e as memórias, de resgate da respiração como uma prática a nosso favor e fortalecimento da confiança entre nós ali presentes. A escolha dos exercícios variava conforme o lugar e as mulheres. A ideia era propor movimentos, sons e respiros que dialogassem com cada lugar de oficina.

Após a chegada com uma presença mais integral, partíamos para os círculos de história, para nos conhecermos e reconhecermos umas nas outras, ouvir e ser ouvida, ganhar confiança e compor nossas trajetórias pessoais junto às trajetórias coletivas. A proposta desse momento era tecer uma grande história, começando por revelar quem eram suas contadoras, quem eram essas mulheres. O resgate de suas andanças, os caminhos que as trouxeram até ali e a história do território também ia sendo contada. No final, tínhamos entre nós memórias de uma vida anterior à chegada dos megaprojetos, sua flora e fauna, relações produtivas e afetivas, sua paisagem.

Um círculo de confiança e entendimento do tempo e espaço pelos relatos de vida das mulheres.

Depois desse momento, costumávamos pausar para o almoço, às vezes um mergulho ou um cochilo, ou até o esticar de papo que começou e não quis mais ter fim. Cada vez de um jeito. Mas na diversidade dos momentos se compunha algo maior. Catas Altas, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Altamira, Piquiá de Baixo e o Assentamento Francisco Romão, cada mulher fiando o sutil da luta cotidiana.

## OS MEGAPROJETOS: “DAR NOMES AOS BOIS”

Em seguida, aproveitávamos mais um pouco do tempo para a mística, resgatando nossas atenções e preparando o corpo para mais um momento de reflexão e produção coletiva. Mais concentradas, retornávamos para a roda para pensarmos e entendermos juntas quem nos invade, quem passa por cima de nossas vidas, corpos e terra. Aqui nossa atenção era “dar nome aos bois” e identificar seus impactos. Quem são, como chegam e como agem eram nossas questões geradoras de partida. Para tal, recuperamos o que foi compartilhado anteriormente, identificamos nossas emoções em nossos corpos, desenhamos, listamos os empreendimentos, agentes e setores do Estado, descrevemos nossas interações com eles e revisitamos nossos sonhos.

O que sonhávamos antes e com o que sonhamos agora? Nesse momento de identificação das violações, era preciso muita atenção e respeito para com as mulheres e seus tempos.



Trazer a consciência e compartilhar experiências de perda e de violência, seja por impacto direto dos megaprojetos, ou pela manifestação do patriarcado no ambiente familiar, não é um exercício fácil. O fortalecimento da confiança entre as mulheres presentes e o cuidado coletivo fizeram muita diferença nesse momento. O desafio era respeitar a exposição da dor e tentar construir possibilidades de leveza nessa partilha.

## A PRODUÇÃO E (RE)PRODUÇÃO DE VIDA COMO RESISTÊNCIA COTIDIANA

Uma de nossas preocupações nessa caminhada era a valorização das mulheres, de seus fazeres, seus afetos e suas intelectualidades. Contar uma história através de suas perspectivas e visibilizar os impactos específicos vividos por elas era uma parte dessa valorização. Mas além de sujeitas, exaltamos as mulheres aqui como agentes de transformação e de reprodução em seus territórios. Após identificar os impactos, nossa roda se dedicava a visibilizar, então, o que as mulheres de cada território têm feito para a defesa da vida. Identificamos diferentes práticas que iam desde o trabalho reprodutivo de manutenção de suas famílias, às práticas produtivas tradicionais e artesanais, como também as articulações e construções coletivas em grupos auto-organizados ou mistos.

Esse momento tem uma relevância especial na tessitura da história dos territórios e revela uma de nossas escolhas políticas: a de evidenciar as ações produzidas por e entre mulheres como ações de rebeldia e transformação da realidade. Mesmo quando insistem em conservar seus modos tradicio-

nais de viver, as mulheres estão produzindo mudança. Depois desse trabalho, aproveitávamos o tempo para mais conversas e para, novamente através da mística, nos permitir cruzar os olhares, as palavras, os abraços.

## DIVERSIDADES E CONFABULAÇÃO ENTRE MULHERES NO CAMINHO

O trabalho que trazemos aqui é uma tentativa de sistematização dessa grande e diversa contação coletiva de histórias. Os mapas de poder político-afetivos são tecidos com linhas plurais. Temporalidades que bordam formas de afirmar o futuro através de práticas cruzadas entre o presente e o passado. Os textos e as ilustrações não são capazes de esgotar a magia e exuberância das histórias de corpos-territórios tão sábios em seus caminhos. É importante frisar que nossas andanças também esbarraram em contradições e conflitos. As mulheres não são um tipo único, não encarnam os mesmos desejos e não são movidas pelos mesmos afetos. Este trabalho foi construído sobre a aposta do poder dos terrenos comuns construídos pelo respeito à diversidade.

O que foi se tornando a cada momento mais evidente é que as trajetórias podem ser milhares, e os mapeamentos e as histórias, contadas de diversas formas, mas para se fortalecer, o caminho sempre aparece nos encontros, nas mãos dadas, nas mulheres bruxas confabulando, nas poções de ervas e mistérios, na força da natureza, nas artes, na cozinha e na conversa. Na produção de vida desde a rebeldia e a alegria pulsante nos nossos corpo-territórios.

# CATAS ALTAS \_ (MG)

## A CIDADE E SUA HISTÓRIA

Chegamos em Catas Altas. Localizada no quadrilátero aquífero-ferrífero de Minas Gerais, a cidade tem aproximadamente 5.000 habitantes e uma história lapidada pela exploração mineral. Da extração artesanal à industrial, a cidade e seus moradores têm historicamente recorrido à atividade para sua reprodução e sobrevivência. A região de Catas Altas, que foi palco do primeiro ciclo de exploração do ouro no Brasil colonial, também assistiu suas famílias recorrerem ao mesmo material para garantir sua sobrevivência através do garimpo artesanal, sobretudo na década de 1980, quando a cidade atravessava uma severa crise econômica.

A história de Catas Altas, sobretudo de seu distrito Morro D'Água Quente, se conta através da paisagem. Da Serra do Caraça tocando o céu, ao laranja do chão de canga, tudo que compõe a cidade tem o que dizer e mostrar a quem lhe dá atenção. Ao lembrar do passado, as mulheres reconstruíram o cenário de um Morro D'Água Quente que não existe mais.

10



Montanhas inteiras sem as cicatrizes da mineração industrial, os picos e outras formações rochosas preservados, uma variedade de matos, ervas, flores e frutos pelas trilhas na mata, como a candeia, a samambaia chorona, as orquídeas, a mostarda, a arnica e a canela de velho, a liberdade de caminhar, a abundância de água presente nos córregos, nas cachoeiras, no bicão e na fonte de água quente, que deu o nome ao local. Nas roças, plantavam milho, feijão e jabuticaba, fruta com a qual começaram a produzir vinho passado e que se tornou uma das atrações turísticas e culturais da cidade.

Falando dos patrimônios histórico-culturais, as mulheres ressaltam as casas coloniais tombadas, a pensão Antônio Pio que foi a primeira construída na região, o Mundel também conhecido como Curral dos Cabritos e as galerias subterrâneas. Todas essas construções trazem essa história da cidade encarnada em pedra, rocha e tijolo. Privatizados pela Vale com a exploração do Complexo Fazendão, os espaços de caminhada e convivência dos moradores e moradoras passa a lhes serem negados. O cerceamento do uso desses espaços pela população e o não compromisso

com a preservação de suas arquiteturas ferem diretamente o direito à memória dos moradores e moradoras catas-altenses. Sem poder viver em sua terra, aos poucos, as pessoas vão esquecendo de como eram. O garimpo artesanal de ouro também é uma experiência e saber considerado como patrimônio para as mulheres.

## DE NA EMPRESA

A principal atividade econômica da cidade é a exploração do minério de ferro, feita pela Vale S.A. (daqui pra frente, Vale). A empresa explora o minério no distrito do Morro D'Água Quente, dentro do Complexo Fazendão que possui três minas: São Luiz, Tamaúá e Almas, mas só a primeira se encontra ativa. A empresa tem feito investidas para a reativação de todas as minas, o que levaria a mineração literalmente para os quintais dos moradores e moradoras do Morro. Enquanto expande suas atividades na cidade, a Vale também impede que outra potente



atividade econômica seja desenvolvida: o turismo natural e de aventura. Quando os moradores e moradoras são impedidos de circular pelo espaço que sempre foi deles no entorno da Serra do Caraça, eles também são impedidos de criar, com esse espaço, saídas de sobrevivência econômica que não dependam de uma empresa, assim como fizeram nos anos 1980 e 1990, quando usaram o garimpo artesanal de ouro.

## QUEM É A VALE ?

A Vale S.A. é um conglomerado que explora matérias-primas como o minério de ferro, carvão, níquel, manganês e cobre através de mais de 50 empresas. A Vale foi criada em 1942, através de um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos e Inglaterra que, durante a Guerra Fria, tinham uma demanda alta de minério de ferro. Em 1997, atendendo a uma agenda de esvaziamento do Estado e dos direitos trabalhistas, o presidente Fernando Henrique Cardoso privatizou a empresa. Sua venda foi um grande prejuízo para o



Brasil e seu povo. Vendida por 3,3 bilhões de reais, enquanto as suas reservas possuíam um valor estimado de 100 bilhões de reais, perdemos um patrimônio público de extrema riqueza para a acumulação privada. Em 2020, a Vale está em mais de 30 países e é a maior produtora de minério de ferro, pelotas e níquel do mundo. Responsável pelo rompimento de barragens em Mariana e em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, que deixaram quase 300 mortos, além de serem amplamente considerados como um dos maiores crimes ambientais do mundo, a Vale segue suas atividades sem empecilhos.





## E O QUE AS MULHERES TÊM A VER COM ISSO? \_\_\_\_\_

A aceleração e a ampliação da exploração do minério de ferro, trouxe um conjunto de impactos para o território, as pessoas e suas formas de viver. Dentre eles, as mulheres identificaram a alteração na qualidade e na quantidade da água, o aumento do pó de minério e outros particulados no ar, e o aumento das rachaduras nas casas, fruto das explosões na mina São Luiz. Mas como esses impactos que tocam em todo mundo, afetam especificamente as mulheres? A alteração da água e da emissão de poluentes atingem diretamente todos os trabalhos feitos dentro de casa e que costumam estar concentrados nas mãos das mulheres. Os poluentes presentes na água e no ar aumentam o adoecimento das pessoas e, por consequência, o volume do trabalho relacionado ao cuidado. Mais pessoas doentes em casa significa também mais trabalho para cuidar das pessoas. Dentre as principais doenças que se abatem sobre os moradores e moradoras, as mulheres ressaltaram as de fundo respiratório (como rinite, sinusite e asma), de fundo psicológico e emocional (como a depressão) e de fundo alérgico (como alergias na pele e também respiratórias).

Além de ficarem sobrecarregadas no cuidado das pessoas que adoecem mais, as mulheres também têm mais trabalho na manutenção da limpeza e da conservação de



suas casas. Por conta do grande volume de particulado de minério no ar, o chão, os móveis, os varais estão sempre sujos e pedindo limpeza. Quando esse grande trabalho não é dividido, ele acaba gerando outros adoecimentos que podem ser por esforço repetitivo, danos na coluna, nas articulações e até psicológicos.

Outra forma de atingir especificamente as mulheres é na falta de oferta de empregos. Além de oferecer menos empregos para os moradores da cidade do que o prometido, a estrutura de funcionamento da Vale, e de outras mineradoras, é muito masculinizada. Ficar de fora do trabalho remunerado significa depender dos homens das famílias, sejam eles seu pai, marido, irmão ou filho. Mulheres que trabalharam no garimpo artesanal para sustentar suas famílias no passado, se vêm excluídas.



A sobrecarga de um trabalho não pago (feito dentro de casa) e a ausência de empregos gera um lugar específico de vulnerabilização para as mulheres, que identificam essa como uma das formas de não serem escutadas e consideradas.

Quando provocam o poder público sobre os danos gerados pela mineração, encontram uma apatia que tem servido aos interesses da Vale. Acreditam que os recursos que saem da exploração poderiam ser melhor utilizados a partir da participação social, na construção de alternativas econômicas para a cidade que diminua a dependência da mineração, como a agricultura familiar.

Mesmo com os impactos e o poder da empresa na cidade, as mulheres têm encontrado força e caminhos para defender seu território e o direito de viver e existir dos moradores e moradoras da cidade. O diálogo e a participação dos jovens têm sido muito importantes nessa caminhada. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o MAM, também está presente através, dentre outras coisas, de formações que possibilitam momentos valiosos onde as pessoas podem trocar sobre suas experiências junto a outros atingidos e atingidas e aprender coletivamente.

## ATIVIDADES CULTURAIS E FESTAS LOCAIS

Festas juninas, festas católicas, semana da cultura evangélica, Cavalgada e a Festa do Vinho, que traz a história da cidade na feitura da bebida a base de uva e de jabuticaba.



# CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA\_ (PE)



## A CIDADE E SUA HISTÓRIA


Pelo cheiro da maresia já dá pra saber: chegamos às cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em Pernambuco. Juntas, elas têm aproximadamente 300.000 habitantes. A região onde ficam as cidades foi marcada pela exploração da cana de açúcar durante o período colonial e traz essa história em sua geografia, arquitetura e em sua gente. Muitas comunidades e quilombos mantêm a divisão espacial conforme era a divisão dos engenhos de cana, e vivem de atividades produtivas e reprodutivas que se relacionam profundamente com o ambiente e o território. Nos mangues e no mar, os moradores e moradoras pescam e coletam mariscos, caranguejos

e outros frutos. Das matas e arbustos, extraem frutos nativos, e em seus terrenos desenvolvem a agricultura fundamental para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Assim como nas outras cidades dessa viagem que fazemos, a paisagem faz parte do viver do povo do Cabo e de Ipojuca. As vegetações, o mangue, as cores e o cheiro salgado no ar, tudo compõe e perfuma a vida das famílias do território.

A chegada do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) traz consigo um conjunto de impactos sobre esses modos de viver. A transformação do espaço e o desmembramento das comunidades vão apagando uma história contada pelas pessoas e pela terra.

Em oficina junto às mulheres de diferentes áreas dessa grande região, elas contam que já perderam mais de 20 casas de farinha e, com elas, vai se perdendo mais um pouco da memória de povos e comunidades cujo modo de viver e a existência o capital quer colonizar. A intervenção tão evidente em sua materialidade, pelas comunidades que remove, pelas casas que destrói, pelas águas que polui e seca, pelas matas que queima, também invade aquilo que não se pode tocar – os sonhos. Já não se pode sonhar em ser pescadora, em coletar marisco, sonhar com a tranquilidade e o bem viver. O CIPS rouba e coloniza





os desejos das pessoas ao apagar suas memórias, ao convencer que qualidade de vida é não ser, é não ter identidade ou raízes: o sonho vendido pelo capital é o desejo de se estar fora. E Suape<sup>1</sup>, que era uma palavra de quem vivia ali antes, agora parece ser deles, dos forasteiros. Mas a memória e a luta são como a água trilhando caminhos sinuosos, e em Cabo e Ipojuca, as mulheres têm se juntado nessa corrente.

<sup>1</sup> Suape é uma palavra do Tupi-guarani que significa “caminhos sinuosos”.



## DE NA EMPRESA

O CIPS abriga mais de 75 empresas, além da estrutura do Porto de Suape. São empresas nacionais, como a Refinaria Abreu Lima – Petrobrás e a Ultragás, e transnacionais como a Unilever, Toyota, Shineray, Pepsico, Coca-Cola e a Bunge. Seus ramos são de alimentos e bebidas, geração de energia, sobretudo termelétrica, logística, materiais de construção, metalmecânico, naval e offshore, petroquímico e preforma de pet e plástico, além dos setores de serviço para atende-las. Diante dessa variedade de atividades e do número de empresas, é possível imaginar o volume de capital financeiro e de poder que elas acumulam, e o volume de impactos também por elas distribuídos na região.

## QUEM É O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE?

O Complexo Industrial e Portuário de Suape começou a ser pensado na década de 1970 e hoje ocupa 13.500 hectares de terra entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ficando à 40 quilômetros da capital Recife. Apesar de abrigar empresas transnacionais, a gestão do Complexo é de responsabilidade do governo do estado de Pernambuco, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A construção do CIPS envolveu um discurso e plano estratégico de desenvolvimento econômico regional e nacional que traz tons complexos para a sobrevivência dos grupos que por ele são atingidos. Se o desenvolvimento econômico é o termômetro que mede a potência de uma região ou um país, como defender as comunidades e os povos que estão “em seu caminho”? A luta dos povos que resistem ao CIPS é também uma luta para afirmar que eles fazem parte desse país e que qualquer projeto que busque “desenvolvimento” precisa pensar e passar por eles.





## E O QUE AS MULHERES TÊM A VER COM ISSO? ---

O funcionamento do porto e a união de diferentes indústrias de grande porte e de atividades diferentes, como era de se imaginar, gera um volume grande de impactos. Ao olharmos para os impactos a partir das mulheres, podemos entender e visibilizar algumas de suas dimensões específicas. Além de serem mulheres, é importante ressaltar que dentre elas, grande parte compõe povos de comunidades tradicionais, como marisqueiras, quebradeiras de coco e quilombolas, e que os impactos sobre suas formas de viver são frutos de um modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal e racista.

A área onde foram construídas as diferentes empresas que compõem o CIPS era ocupada por mais de 20 comunidades tradicionais, dentre elas alguns quilombos. Para que as estruturas industriais e administrativas entrassem, muitas dessas comunidades foram expulsas de seus territórios parcial ou totalmente. As mulheres lembram que a expulsão envolvia quase sempre violência. Dentre as estratégias mais cruéis, ressaltam a chegada de retroescavadeiras sem aviso

prévio, que demoliam as casas antes que as famílias pudessem pegar seus pertences, e o incêndio criminoso de áreas agrícolas e de vegetação frutífera nativa, que são realizadas até hoje. Além das casas, a construção do Complexo também assoreou mangues e, com a atividade das empresas, segue num contínuo de poluição das águas.

Como já comentamos por aqui, as comunidades tradicionais possuem uma outra relação produtiva e reprodutiva com seus territórios. É através da relação com seus quintais, com as matas, com os mangues e com o mar que essas comunidades sobrevivem em seus modos de viver. Ao reduzir a extensão dos mangues, ao poluir suas águas, as empresas impactam diretamente seus biomas e a vida das mulheres. Enquanto os homens pescam mais em alto mar, são as mulheres que, em sua maioria, se sentam sobre o

tempo nos mangues e enseadas, tocando as redes entre os dedos e coletando o que dá de comer e viver para as suas famílias. Se elas não podem mais plantar em seus quintais, seja por ameaças, seja por não terem mais quintais, se elas não encontram mais caranguejos nos mangues mais próximos, elas precisam se deslocar por distâncias maiores para suprir as mesmas demandas, ou ainda se inserir em um mercado de trabalho que se aproveita de sua vulnerabilização e as explora, desvaloriza, mal remunera e expõe à diferentes resíduos tóxicos.



E quando falamos nesse deslocamento, tocamos em outro ponto que tem uma relação especialmente delicada para as mulheres, sendo elas de comunidade tradicionais ou não. A construção das indústrias trouxe para as cidades um grande volume de mão de obra masculina forasteira, ou seja, de outras cidades e estados. Homens que chegavam sozinhos, sem família, sem laços com o território onde vinham cumprir turnos exaustivos e mal remunerados. A presença desses homens impacta diretamente sobre a segurança das mulheres, que se veem impedidas de circular em seus territórios. O aumento da violência contra a mulher e dos casos de estupro em Suape preocupam até hoje. Durante a oficina, as mulheres recontam casos onde, uma vez grávidas, as mulheres tinham dificuldade de garantir o direito à paternidade de seus filhos já que, em diversas vezes, os homens com quem se relacionaram mentiam sobre seus nomes. A reincidência de casos como esse foi tanta que criou-se a expressão “filhos de Suape” para fazer referência a essas crianças. Sem ter com quem partilhar os cuidados da criação de seus filhos, as mulheres enfrentam as dificuldades da maternidade solo não desejada. A maternidade solo nesse contexto também é uma forma de empobrecimento das mulheres, que ficam sobrecarregadas com as despesas e com o trabalho reprodutivo em suas famílias.



Outro aspecto importante das violações das empresas na região é o estímulo à fragmentação das comunidades e das rivalidades entre as famílias. Imagina esse cenário: uma grande extensão de terra produtiva ocupada por diferentes comunidades e famílias começam (e não param até hoje) a ser pressionadas para saírem de suas casas por indenizações que não garantem a sua sobrevivência (já que a sobrevivência, como já falamos, está ligada ao que cultivam e colhem nas terras e águas em seu território). Se essas famílias estiverem organizadas coletivamente, mais difícil seria a remoção. E é sabendo disso que as empresas e o governo do estado têm atuado. Através da oferta de valores distintos de indenização, da oferta de postos de emprego e outros mecanismos, geram a divisão e rivalidade entre as famílias e as comunidades.

Para além de viver as perdas decorrentes da divisão de suas comunidades, as mulheres também são impactadas com a violência doméstica. Com o aumento da instabilidade nos territórios, é comum observar também o aumento no consumo de drogas e álcool que, em todos os territórios por onde caminhamos, infelizmente, se desdobra no crescimento da violência doméstica.

E diante desse cenário de duras adversidades, as mulheres do Cabo e Ipojuca têm traduzido em ato a herança da teimosia das águas que carregam consigo. Através da arte, da escrita, dos trançados da rede e da palha, do trabalho e de suas raízes que fincam mais a cada vez que tentam lhes tentam expulsar, as mulheres em suas diversidades

têm defendido a vida e a soberania dos povos e comunidades tradicionais. Corpos e vozes plurais que se organizam entre mulheres e em associações de moradores, visibilizando seus interesses e se afirmando protagonistas frente às empresas, mas também frente aos homens de suas comunidades, com a sabedoria de que não é pela exploração do trabalho precarizado, mas pela relação com a terra e as águas que nasce e se sustenta a vida. As mulheres do Cabo e Ipojuca estão em movimento e não pretendem parar!







# PIQUIÁ DE BAIXO E ASSENTAMENTO FRANCISCO ROMÃO



## A CIDADE E SUA HISTÓRIA

É preciso fechar os olhos para ver por dentro onde estamos. Debaixo de uma grossa e persistente camada de fuligem de minério, existem comunidades e cidades inteiras, uma Amazônia viva com pulmões que lutam para respirar. Chegamos a Açailândia, município do Maranhão. Aqui, nossa caminhada vai passar por dois lugares: o Assentamento Francisco Romão e Piquiá de Baixo.

O Assentamento da Reforma Agrária Francisco Romão é uma comunidade da zona rural de Açailândia, formada por 102 famílias, que fizeram de uma terra abandonada e sem função social, uma forma de vida através da agricultura. Além do plantio de alimentos, os moradores e as moradoras do Assentamento

têm cuidado da terra e reflorestado a região. Entre as jaboticabeiras, mangueiras, cajueiros e árvores de pitomba, os quintais das casas funcionam como santuários naturais para as aves, que ali circulam, se alimentam e abrigam livremente. Bem distante da imagem terrorista que propagandeiam os grandes meios de comunicação e os políticos associados ao capital, as famílias do Assentamento vivem do trabalho duro e do respeito e conexão à natureza.

Seguindo o caminho pelos trilhos, chegamos em Piquiá de Baixo. Talvez você já tenha ouvido falar da comunidade, uma das mais impactadas pela atividade siderúrgica na região. As moradoras e os moradores do bairro fizeram sua

luta por justiça atravessar fronteiras. Piquiá possui aproximadamente 1.100 habitantes e está localizada no meio de quatro indústrias de ferro-gusa: a Viena Siderúrgica do Maranhão S/A, a Queiroz Galvão Siderurgia, a Gusa Nordeste S.A. e a Ferro Gusa do Maranhão Ltda. E, assim como o Assentamento Francisco Romão e muitos outros bairros, Piquiá de Baixo também é recortada pela Estrada de Ferro Carajás, operada por uma empresa que já conhecemos por aqui, a Vale S.A.

Para contar a história desses dois territórios guerreiros, vamos propor uma contramão. Enquanto o capital divide e retalha, fisicamente através da Ferrovia, e simbolicamente atacando as pessoas e seus modos de viver, vamos propor que as histórias trazidas pelas diversas mulheres durante a oficina sejam recontadas com linha e agulha.

Vamos tecê-las juntas, uma ao lado da outra, respeitando suas diferenças e particularidades e, ainda assim, como histórias-irmãs.

## DE NA EMPRESA

Essa grande região onde estamos agora também é conhecida como Corredor Carajás, isso porque ela começou a ser largamente reconfigurada com o Programa Grande Carajás, na década de 1980. Porém, com o fim do programa estatal e com a privatização e a expansão do projeto, outros empreendimentos ligados a mineração como os monocultivos de soja e do eucalipto foram atraídos para a região. Mesmo com o fim oficial do Programa, a região continua sendo foco dos interesses de exploração do capital através das monoculturas, como a de eucalipto que alimenta a indústria de celulose representada pela empresa Suzano, do latifúndio e do agronegócio, das siderúrgicas, das mineradoras e madeireiras. Quando falamos na reconfiguração desse amplo território, queremos dizer que comunidades tradicionais e camponesas que já habitavam a

região foram atropeladas por um plano de desenvolvimento que não considerava suas formas de viver, nem a sua existência. Aqui, destacamos a atuação da Vale, empresa que já conhecemos quando estivemos em Catas Altas, Minas Gerais, responsável pela operação da Estrada de Ferro Carajás.

## QUEM É A ESTRADA DE FERRO CARAJÁS?

Inaugurada em 1985, a Estrada de Ferro Carajás possui quase 900 quilômetros de comprimento, ligando Carajás, no Pará, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Para carregar 120 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, a Estrada corta e recorta mais de cem comunidades. São 35 composições circulando ao mesmo tempo em toda a Ferrovia, incluindo o maior trem de carga do mundo que possui 330 vagões e mais de 3 quilômetros de extensão. O trânsito dos trens gera uma série de impactos nos territórios que cortam, seja quando estão em movimento, seja quando estão parados. Em 2018, a Estrada passou por uma duplicação de 578,5 quilômetros, com o objetivo de ampliar o trânsito para 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.







ASSOC. COMUN.DOS MORADORES DO PEQUIA

## E O QUE AS MULHERES TÊM A VER COM ISSO? \_\_\_\_\_

O monocultivo, o uso de agrotóxicos em larga escala, os latifúndios, a mineração, a siderurgia, a extração ilegal de madeira, as rodovias e a estrada de ferro. São muitas as fontes dos danos que atingem o Assentamento Francisco Romão e o bairro Piquiá de Baixo. Alguns desses impactos são compartilhados com outros territórios que já visitamos por aqui.

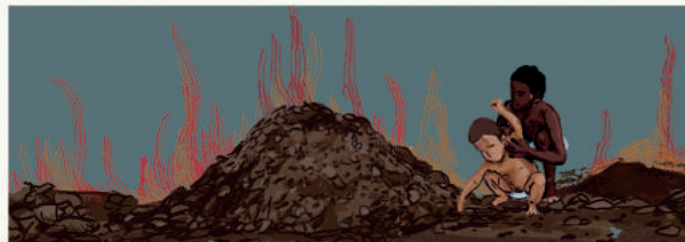
Diante dessa vastidão de danos, foi difícil escolher por onde começar. Vamos então iniciar essa conversa por aquilo que talvez seja o que mais chama atenção dos sentidos: a poluição extrema. A concentração de siderúrgicas na região, a emissão de particulados feita por elas e trânsito intenso dos trens elevam as consequências da poluição do ar, sonora e visual nos territórios para um cenário que parece ficção científica no Assentamento e em Piquiá. Não existe nada nem ninguém que seja imune ao pó. As frutas, hortas, a pele, as casas, toda e qualquer fresta é prova de que a poeira de minério não pede licença para entrar. Como já vimos, o aumento da poluição, num geral, sobrecarrega em especial as mulheres, que são responsáveis pelo cuidado da família e pela manutenção da casa. Sem um sistema de saúde eficiente para todos, é no espaço da casa e através do trabalho das mulheres que têm se cuidado das coceiras, alergias, inflamações respiratórias e outras mazelas geradas pela poluição. As mulheres nos contaram, por exemplo, de enfermidades vaginais por conta da contaminação de calcinhas estendidas no varal com pó de ferro e outras substâncias.

Mas nem só das nuvens de pó são feitas as marcas da exploração industrial na região. O fluxo intenso dos trens, além do ruído constante, gera tremores que abalam as estruturas das construções e dos poços de água, criando uma forte sensação de vulnerabilidade dentro das casas dos moradores e moradoras. As rachaduras e trincos das janelas, o barulho de maquinário o dia inteiro e o adoecimento que essa poluição sonora gera compõem o cenário que diariamente afirma para quem ali mora, que aquela casa, a sua casa, não é um espaço seguro.

Ao ir para a rua, nos deparamos com mais camadas de insegurança promovidas por esses empreendimentos. Já pensou você estar de um lado da linha do trem com um compromisso ou uma emergência do outro lado, e no meio do seu caminho um trem com mais de 3 quilômetros parado? Sem viadutos e passarelas, as pessoas ficam dependentes de um tempo que é veloz para explorar os recursos humanos e naturais, mas muito lento quando as demandas partem dos territórios. Ou se espera pelo arranque do trem que não tem hora marcada ou compromisso com os moradores e moradoras, ou se arrisca por entre e por baixo dos vãos que conectam os vagões. Sem tecnologias de proteção no entorno dos trilhos, os atropelamentos fazem parte do cenário fúnebre construído pelas empresas no Assentamento e em Piquiá. A morte anda e para com os vagões.

A gestão irresponsável dos rejeitos da siderurgia e do uso de agrotóxicos na monocultura trazem mais um conjunto de impactos. Despejados nos córregos e rios, diferentes tipos de escórias e toxinas contaminam as águas utilizadas para consumo humano, animal e para a agricultura familiar. A poluição das águas, junto à poluição dos quintais, impacta diretamente na segurança econômica, alimentar e nutricional das famílias que não só vivem da comercialização de seus cultivos, como deles se alimentam. Diante da poluição e da escassez das águas, as mulheres ficam sobrecarregadas com a busca de alternativas para o asseio da casa e cuidado familiar.

Uma outra face da gestão irresponsável de resíduos impacta, sobretudo, às crianças e atinge diretamente o direito à maternidade nos territórios. Conhecida como “munha”, as siderúrgicas descartam uma escória inflamável, em altas temperaturas, através de montes, em áreas abertas, próximas às casas, sem sinalização ou proteção. São como montes de terra e palha que queimam internamente. O descuido com o trato do material expõe as pessoas a riscos de vida e cerceia a circulação em seus territórios. Infelizmente não são poucos os casos de crianças que se acidentam na “munha” e queimam mais da metade do corpo. As mulheres relembram a história de um menino de 8 anos que veio a falecer, tamanha a gravidade das queimaduras.



Compondo as práticas de hostilidade das empresas nos territórios, as mulheres resgatam que, para além dos impactos relacionados diretamente com a produção, a insegurança tem sido gerada também por outras atividades. Os incêndios criminosos nas plantações são outra estratégia de expulsão das moradoras e moradores de seus territórios. A presença de figuras como “capangas” impõe riscos específicos às mulheres que envolvem o medo da violência sexual e de gênero.

Assim como em outros lugares que visitamos, as mulheres de Piquiá de Baixo e do Assentamento Francisco Romão também enfrentam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Se por um lado as empresas atingem diretamente os seus modos de vida tradicionais, por outro reservam às mulheres dos territórios os postos de trabalho mais mal pagos e precarizados.

Em resposta ao constante avanço das empresas sobre seus quintais e suas casas, as mulheres têm se organizado. Em Piquiá, as assembleias de moradores e moradoras, as formações e os grupos auto organizados têm fortalecido e mantido o fôlego das mulheres na luta por justiça e reparação de suas perdas. Tem sido uma longa caminhada a luta pelo reassentamento digno da comunidade, mas através de múltiplas frentes de articulação junto a outros movimentos,

associações, organizações e grupos universitários, as mulheres têm alcançado algumas conquistas. Em Francisco Romão, as mulheres criaram, em 2019, um coletivo de mulheres onde podem se reunir, escutar, aprender, articular e trocar experiências entre elas, formando um espaço seguro, de confiança e fortalecimento mútuo. A participação em atividades como a Marcha das Margaridas e o intercâmbio com outros territórios também têm sido importantes para seguirem com suas lutas diárias.

A exploração constante do capital, a violência do racismo e machismo, que também se reproduzem para fora das empresas, dentro das famílias, fazem do cotidiano das mulheres de Piquiá de Baixo, do Assentamento Francisco Romão e de tantas outras comunidades atravessadas pelo Corredor Carajás, um desafio. A realidade é pouco romântica e lutar diariamente por direitos básicos como o acesso à água, a livre circulação em seu próprio território, plantar e morar em uma casa e quintal que são seus, cansa. O cuidado coletivo tem um lugar especial para que seja possível seguir. O cuidado entre mulheres tem sido um dos importantes combustíveis de uma luta por justiça e pela vida. As mulheres do Assentamento Francisco Romão e do bairro Piquiá de Baixo nos ensinam que às vezes é preciso saber andar mesmo com as pernas cansadas, mas sempre de braços e mãos dadas, costurando as histórias que o capital tem tentado rasgar.







# ALTAMIRA\_(PA)

## A CIDADE E SUA HISTÓRIA

As construções espelhadas aumentam o calor enquanto refletem a gente que passa e o rio. Chegamos em Altamira, uma cidade que traz os conflitos do choque entre diferentes tempos e modos de viver. Dentro de um mesmo rio, uma guerra entre quem fica e quem é jogado para as margens. De um lado, a ancestralidade e presença dos encantados que pulsam vida na correnteza do rio Xingu, do outro o desejo de domínio e exploração de um modelo de desenvolvimento que enxerga os corpos e territórios como mercadorias.

A história da cidade de Altamira não é uma só, mas um conjunto de muitas, que as vezes se confundem, se misturam, se conflitam e disputam. A região é marcada pela presença ancestral de povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que têm sido insistentemente atacados em suas formas de viver. A história de uma terra que reflete muito da colonização brasileira, a cidade vive os fluxos de



tos e empreitadas, e a constante chegada dos homens de fora, que assim como os portugueses, desenraizados, tem por objetivo a exploração.

Esses fluxos de chegadas e partidas de trabalhadores, que ganham a vida através da exploração da vida trazem uma complexidade a mais para entendermos Altamira. Porque é através da mão-de-obra mal paga e até escrava, como acontece em fazendas griladas, e das riquezas por ela produzida, que as empresas exploram os recursos da região e acumulam seus capitais. Entre trabalhadores e trabalhadoras precarizados, capangas, milícias, polícias, povos indígenas, comunidades ribeirinhas, pescadores e pescadoras artesanais e outros grupos, vão sendo moldadas e remoldas as margens da Volta Grande do Xingu.

Um rio de força tão grande, que nasce no Mato Grosso e corre até o Pará, onde é



interrompido pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O que acontece quando se aprisiona a força de um rio? A história atual de Altamira passa por esse depois, de um rio vivo que era um pouco da gente que perto e com ele crescia, e que agora está aprisionado. Em nossas rodas, as mulheres não precisaram de muito esforço para resgatar as memórias de um passado recente. Belo Monte trouxe mudanças que chegaram rápido, num tempo acelerado, diferente do tempo da terra. As mulheres contam de suas práticas, da importância dos cultivos nos quintais, das roças comunitárias, da agricultura

familiar que alimenta a casa, das canoas e da pesca artesanal (tradição de muitas comunidades), das quebradeiras de coco e catadoras de castanhas, das medicinas naturais e da pajelança, da presença dos encantados e do sagrado e ancestral. O rio é a forma de vida de muitas comunidades e famílias que, com a Usina de Belo Monte, viram também suas próprias forças serem aprisionadas.

## DE NA EMPRESA

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é gerida pelo Consórcio Norte Energia – NESSA. O consórcio é um contrato entre algumas empresas, dentre elas a Vale S.A., que já encontramos em nossa caminhada. Sua sócia majoritária é a empresa brasileira Eletrobrás, que também é a maior empresa do setor energético da América Latina. Apesar de ser uma empresa de capital aberto, a maior parte de suas ações pertence ao Estado brasileiro, o que tem sido motivo de conflitos, sob a pressão da iniciativa privada e suas representações políticas. Além da UHE de Belo Monte, um outro megaprojeto tem tentado se estabelecer na região. A mineradora canadense Belo Sun Mining Ltda., através do projeto Volta Grande de Mineração, tem tentado se instalar na cidade de Altamira para construir a maior mina de ouro a céu aberto do mundo, o que agravaria a vulnerabilização já vivida por povos e comunidades da Volta Grande do Xingu.

## QUEM É A USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE? \_\_\_\_\_

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte começou a ser construída em 2011 e foi inaugurada cinco anos depois, em 2016. Este monstroprojeto, como bem identifica a grande lutadora Antônia Melo, foi construído com recursos públicos de financiamento do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, custando aproximadamente 28 bilhões de reais. Denúncias de violações de direitos humanos e ambientais no licenciamento e construção de Belo Monte foram levadas à órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Infelizmente, os conflitos seguem durante seu funcionamento. Apesar de ser uma obra recente, em 2019 o diretor da Norte Energia comunicou que a principal barragem da usina, Pimental, se encontra em condições de risco.







**ATENÇÃO**  
**ÁREA**  
**INTERDITADA**

## E O QUE AS MULHERES TÊM A VER COM ISSO? ---

A construção de uma usina hidrelétrica prevê um volume enorme de obras estruturais, todas elas de grande porte. A construção de barragens, a estruturação dos linhões de transmissão de energia, a degradação ambiental em alta escala, a atração temporária de milhares de homens sem suas famílias e sem ligação com o território e a exploração extrema das forças de trabalho são alguns exemplos de impactos que têm estado necessariamente relacionados a essas construções e outros megaprojetos.

Quando olhamos para os impactos de Belo Monte a partir das experiências e das narrativas das mulheres, conseguimos enxergar relações com a água, com a terra e com a espiritualidade ancestral que mesmo sendo tão importantes para a vida, são ignoradas nas narrativas do desenvolvimento. O aprisionamento do rio Xingu tem causado a sua morte em uma velocidade rápida, que desrespeita o tempo de reprodução dos peixes e os ciclos vegetais, animais e sociais que ele alimenta e nutre.

Entre as comunidades que tradicionalmente se relacionavam com o rio, as mulheres realizavam a pesca junto aos homens. Com a poluição e diminuição dos seus níveis, não se pode mais fazer os mesmos trajetos de canoa, os peixes morreram, ficaram mais difíceis de serem encontrados e muitas famílias ficaram em situação de vulnerabilidade

e em risco. Belo Monte transformou territórios de abundância e fartura em zonas de fome, e tirou das mulheres mais do que seu trabalho, sua forma de viver, sem oferecer nada em troca. No tempo e na voracidade da exploração de Belo Monte, não cabem os saberes, os ciclos das águas, o calendário ecológico da alimentação dos peixes, as técnicas ancestrais de pesca e a ciência tradicional. Com a morte do rio, morre a cumplicidade, morrem as conversas ocultas das pessoas com essa força que lhes foi pai e mãe. Ao mesmo tempo que acabam com os meios de viver e reproduzir das comunidades, também não as convidam para integrar com dignidade esse novo viver apresentado pelo capital. Com um modelo de funcionamento masculinizado, que reproduz a lógica do patriarcado, as mulheres têm dificuldade de encontrar meios de sobrevivência material, estão de fora da maior parte dos empregos gerados pela usina.

A construção de Belo Monte também expropriou as famílias de seus territórios. Povos e comunidades tradicionais que tinham relações muito diferentes daquilo que o mercado consegue entender, foram expulsas de suas casas, de seus territórios, tiveram seus lugares sagrados e suas ancestralidades violadas em nome de “um bem maior”. O desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal é capaz de tomar medidas de morte em nome de um bem maior que muitas vezes é difícil de encontrar. Afinal, que bem maior é esse? Onde estão os seus frutos? Esses frutos são maiores que seus mortos?

Diante desse cenário, do aumento da violência, as mulheres vão contando da tristeza e do adoecimento psicológico que

têm vivido. O medo dos riscos que envolvem a hidrelétrica e a dificuldade para dormir têm sido cada vez mais comuns entre elas. A comunidade do Bambu, por exemplo, já está com placas para evacuação e sirenes pelo risco de rompimento da barragem de Pimental.

A construção de Belo Monte criou um ambiente de legitimidade muito comum aos megaprojetos. Com a expulsão oficial das comunidades, veio na sequência as expulsões não oficiais, feitas por grupos de paramilitares e capangas de latifundiários da soja, junto à grilagem das terras e ao desmatamento. As mulheres denunciam também a construção de estradas legais e ilegais que cortam as comunidades, invadindo-as e trazendo outros riscos. Para as comunidades que estão mais próximas das estruturas de Belo Monte, as luzes são também um dos principais tipos de poluição.



# AMÉRICA LATINA E CARIBE

## A COLONIZAÇÃO DE ONTEM E HOJE E CANTOS DE RESISTÊNCIA<sup>1</sup>

Finalizamos nossa viagem entre mulheres por territórios atingidos e resistentes propondo um exercício diferente. Começamos nossa jornada pousando os pés sobre alguns estados brasileiros, sentindo seus cheiros, suas cores, seus contos. A partir dos nossos lugares de Brasil, nos perguntamos o que da nossa trajetória faz parte também de uma história latino-americana? Pensar a América Latina e Caribe, sua história marcada pela colonização, é pensar a nossa também. Somos latino-americanas e nos vemos ao lado de nossas irmãs dos demais povos e nações latino-americanas e caribenhas.

Para a construção dessa parte do material, não pudemos voar para outros lugares da América Latina, não tivemos como nos deslocar e percorrer com corpo e sentidos os territórios narrados. Não pudemos sentir os sabores, os cheiros, o clima e as trocas olho no olho junto a cada mulher. Não teve corpo sentido e falado em coletividade criadora de afetos e lutas.

Contamos então com quatro pesquisas realizadas pela socióloga Liara Bambilra<sup>1</sup> e as transformamos em histórias e imagens para trazer a realidade conflitiva vivida em outros países, tão comum com a nossa


e dos territórios aqui vivenciados, assim como um pouco da energia de luta e a potência de resistência das mulheres. Os megaprojetos ditos de desenvolvimento estão por todos os cantos da América Latina e Caribe, como parte de uma recente fase da antiga história capitalista, colonizadora, racista e patriarcal de expropriação dos corpos e territórios.

Assim, caminharemos pela Guatemala, desde as coletividades de mulheres atingidas e o enfrentamento à mineração; pelo Haiti e a zona de livre comércio como espaço de exploração e colonização das mulheres negras; pela Bolívia, partindo da luta contra a extração de petróleo e gás dentro de uma reserva natural em Tariquía; e pelo Chile desde a luta das mulheres na Zona de Sacrificio de Huasco – um parque Industrial com 5 Centrais Termoeletricas e uma Usina de Pelotização de Ferro.

Não nos aprofundaremos em cada um dos conflitos desses países tão grandiosos em suas culturas e saberes, mas faremos uma apresentação geral da situação e dos impactos vividos pelas comunidades e as mulheres.







O mais importante é entendermos como esse modelo de desenvolvimento colonial e racista atravessa os territórios e os povos em toda nossa região. O Brasil é a terra latino-americana de qual falamos primeiro, mas nos entendemos ampliados. Os padrões de impactos e a lógica capitalista são os mesmos e destroem formas de vidas, comunidades e o bem viver em cada um desses países e territórios, como em milhares outros espalhados pela América Latina, Caribe e de todo Sul global.

## A LÓGICA E OS IMPACTOS COMUNS DA COLONIZAÇÃO DE NOSSAS TERRAS

A busca é por um olhar atento ao que é comum, para nos vermos como um povo em luta e reconhecer como ela é constante para as mulheres. É pensar sobre a necessidade de articular ações e ultrapassar fronteiras para que cada povo possa viver com o pé no chão, mas com a mente e o coração em todo esse espaço e mundo de construção de vida em meio aos projetos de expropriações de tudo que nos é familiar.

Para tal, é fundamental olharmos para o colonialismo que marca todas as nossas histórias e demarca um tempo. Um tempo da invasão, do genocídio, da expropriação, da desvalorização e não reconhecimento das formas de vida já existentes, que passa por cima de espiritualidades, energias e da natureza. A primeira ação colonizadora aconteceu há séculos atrás, mas elas nunca cessaram. A colonização segue vigente em todos os períodos da história, com momentos de mais ou menos resistências vivas, revoluções, pontos

pontos fora da curva e períodos de maior afirmação da liberdade e autonomia dos povos. Mas, no início do século XXI, a colonização se firma novamente como projeto evidente, num período em que o avanço desde a perspectiva da expropriação das terras corria de maneira brutal. Isso se dava através dos megaprojetos de mineração, hidrocarbonetos, hidrelétricas, complexos industriais em zonas de sacrifício, monoculturas, dentre outras formas.

Os megaprojetos são, em sua estrutura e lógica de operação, fundamentalmente estabelecidos pela exploração capitalista, racista e patriarcal dos corpos-territórios. A maior parte dos casos trazem conflitos ligados a um modelo baseado na reprimarização<sup>2</sup> da economia e em práticas neoeextrativistas<sup>3</sup>, cujo auge se deu no início do século XXI na América Latina e Caribe. Esse modelo tem como base a expropriação total da força de trabalho humana nos territórios e dos recursos naturais para exportação. Os megaprojetos também podem se aliar às manobras do capital financeiro junto a governos neodesenvolvimentistas<sup>4</sup> para fazer a engrenagem de produção e concentração de riqueza seguir à pleno vapor.

2- A reprimarização significa que um país voltou a ter como suas principais produções e exportações produtos primários, como alimentos e minérios. Em geral, ocasiona a desindustrialização do país e a subordinação na divisão internacional do trabalho.

3- Novo momento do modelo de desenvolvimento extrativista. Modelo baseado em produções pouco diversificadas e na ação intensiva de exploração dos recursos minerais, vegetais e animais.

4- Países em que o estado tem um papel central na economia e seguem políticas econômicas baseadas no crescimento industrial e de infraestrutura. "Neo" porque adaptam-se ao contexto atual da economia: o capitalismo neoliberal.

HAITI



GUATEMALA





BOLIVIA

CHILE

O racismo e o patriarcado são aspectos que nesse contexto se acentuam. Os territórios mais atingidos, o trabalho precarizado e os corpos violentados e invisibilizados possuem cor, gênero e territorialidade. São aqueles considerados descartáveis, que podem se deteriorar, que podem ser violentados, que podem não ter casa, condições de alimentação e saúde dignas. São corpos negros, indígenas, campesinos, quilombolas, marisqueiros, pescadores, do garimpo artesanal e da agricultura familiar, os mais atingidos. E é nos corpos das mulheres que esses impactos são vividos de maneira ainda mais potencializada. São elas as que mais persistem na defesa de si, dos seus e de seus territórios.

# TERRITÓRIOS ATINGIDOS: IMPACTOS, AS MULHERES E SUAS LUTAS<sup>5</sup>

## GUATEMALA

Na Guatemala, o avanço e presença dos megaprojetos, principalmente de mineração, sobre terras indígenas e campesinas gera violações que vêm desde os tempos passados. O país é marcado por conflitos entre o Estado, empresas e a população rural e indígena, com apropriação das terras e, conseqüentemente, a destruição das culturas, memórias e formas de viver. Aqui descreveremos o projeto de mineração conhecido como “El Tambor”, na região de La Puya, iniciado em 2010. O empreendimento era originalmente gerido pela empresa Exploraciones Mineras de Guatemala S.A. (EXMINGUA), subsidiária local da canadense Radius Gold Inc. Em 2012, a empresa estadunidense Kappes Cassiday & Associates (KCA) passa a ser a principal acionista do projeto, após a compra de ações da Radius Gold Inc.

Os impactos vividos pelas comunidades campesinas e indígenas local, os Maya Kaqchikel, por conta da operação das empresas são muitos. Destacamos: a contaminação dos rios, nascentes e solo; o uso excessivo da água por parte das empresas e a escassez vivida pelas comunidades; a apropriação das terras sem consulta prévia às comunidades; e a perda de autonomia, da cultura e dos laços comunitários da população local. As mulheres vivenciam esses impactos intensamente, por serem elas as principais responsáveis pela alimentação, saúde de suas famílias e manutenção dos laços culturais e espirituais existentes na comunidade e com o território. Para as mulheres, a terra e o território unem em si corpos físicos, materiais, simbólicos e espirituais. O corpo e o território como um só.

5 - Todas as informações citadas aqui são frutos das pesquisas de Liarra Bambilra, em Paes (2021). Pedimos que as citações referentes ao conteúdo sejam retiradas das pesquisas de origem, já que foi realizado aqui um compilado das informações.

A Resistência Pacífica La Puya se construiu na luta pela água, a vida e o território. Ergueram um acampamento na entrada da mina para impedir a entrada e saída de pessoas, máquinas e outros itens necessários para exploração. As mulheres estavam a frente, essenciais para instalação e manutenção do acampamento. Presentes nas vigílias, eram os corpos à frente das repressões, além de responsáveis pela comida e pelo cuidado do espaço. Na ocupação, diversas foram as tentativas de desmobilização por parte da polícia e das empresas envolvidas no projeto. Uma das principais lideranças, Yolanda Oquelí, precisou se exilar por conta das ameaças recebidas e foi acolhida pelo programa de proteção dos direitos humanos. Foi indicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que o estado precisava garantir esse serviço. Porém, o governo da Guatemala não cumpriu seu dever e seguiu difamando e criminalizando as lideranças de La Puya, principalmente as mulheres, como Yolanda.



Em 2016, a Suprema Corte de Justiça da Guatemala decidiu pela paralisação da empresa, pois os direitos das comunidades não haviam sido cumpridos, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ali consta que as comunidades tradicionais precisam ser consultadas antes da chegada de empreendimento desse porte, que transformam totalmente as suas formas de reprodução da vida. Entretanto, a KCT, empresa dos EUA, continuou com suas operações alegando que a consulta aos povos é uma obrigação estatal e não da empresa. Além disso, a empresa pede uma indenização ao estado Guatemalteco por perdas econômicas, de acordo com definições do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana, CAFTA.



## HAÍTI

No Haiti, as relações trabalhistas e a herança permanente de um estado colonial escravagista é o que pulsa. A luta de libertação da primeira colônia independente na região é viva e permanente. A Zona Franca Industrial de Exportação da Companhia de Desenvolvimento Industrial, CODEVI, é um exemplo. Assim, um empreendimento com pretextos de desenvolvimento, estabilização social e ajuda humanitária reforça um projeto neocolonial, garantindo as condições de dependência e exploração no país.

As Zonas Francas são localidades de produção industrial com grandes vantagens para as empresas e países estrangeiros. Dizem que vão trazer empregos e “desenvolvimento local”. O que se vê é o aprofundamento das desigualdades econômicas, afinal, a periferia global garante nas zonas francas: vantagens aduaneiras, baixa fiscalização social e ambiental e alta exploração da força de trabalho dos trabalhadores locais. A CODEVI fica em Ouanaminthe, na região nordeste do Haiti, fronteira com a República Dominicana. Um projeto criado em parceria entre o governo haitiano, dominicano e grandes or-


ganismos e bancos internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A Companhia é propriedade do Grupo M, de origem dominicana, que produz para o mercado têxtil dos Estados Unidos. A zona possui nove empresas, sendo oito americanas, como Banana Republic, HanesBrands, Levi Strauss & Co., Timberland, Vanity Fair, dentre outras.

No Haiti, as fábricas do setor têxtil se beneficiam da mão-de-obra barata de haitianas para fabricação de roupas exportadas para o mercado mundial. Elas, mulheres negras em sua maioria, vivem um cotidiano de pauperização e de péssimas condições trabalhistas. Vivenciam a exploração e o abuso por conta do seu sexo, nacionalidade e cor. São mais da metade da força de trabalho da CODEVI, um dos mais importantes do País. Essas trabalhadoras sofrem com o controle de suas vidas, corpos e força de trabalho. Os supervisores das fábricas, maioria dominicanos, utilizam de seu poder sobre os corpos das operárias para a concessão de horas extras, ou as ameaçam em re-

lação a perda de seus empregos. Nos protestos dos trabalhadores, as mulheres são as primeiras vítimas das repressões pelos patrões, além de serem controladas e vigiadas no trabalho. Um cenário de controle e punição permanente com a justificativa da necessidade de manter a produtividade das fábricas. A instrumentalização dos corpos negros, neste caso, une o abuso físico, emocional e também simbólico, afetando seriamente a saúde mental das operárias e suas dinâmicas familiares.


Assim, a realidade vivida pelas mulheres negras trabalhadoras da CODEVI é extremamente opressiva e violenta e existem poucos espaços possíveis de reivindicações. As mulheres se veem de mãos atadas. Os movimentos feministas e de luta por direitos humanos se encontram concentrados em Porto Príncipe, a capital do país. O que vemos é que a resistência só se dará por meio de um movimen-





to de mulheres que mexa as estruturas, que busque nas brechas as possibilidades de luta coletiva diante dessa realidade de vida tão violenta, abusadora e precária.

## BOLÍVIA



Os povos campesinos e indígenas lutam pela permanência em suas terras, onde megaprojetos extrativistas avançam sobre comunidades e até áreas preservadas. Tudo amparado no discurso do desenvolvimento econômico. Aqui trazemos a história de avanço da exploração de hidrocarbonetos sobre as terras de diversas comunidades camponesas residentes na área de proteção do Parque Nacional de Fauna y Flora Tariquía, em Tarija no município de Padcaya, ao sul da Bolívia. A reserva criada em 1989 se estabeleceu em terras camponesas de agricultura em pequena escala, apicultura e pecuária. Os povos ali residentes viveram anos em uma coexistência harmoniosa com a natureza.

Em 2015, as coisas mudaram com a chegada da exploração de petróleo e gás na região. Mas só em 2018 é aprovada totalmente a instalação de empresas na Reserva Nacional de Tariquía pelo governo boliviano, através da justificativa da produção de gás para uso doméstico e exportação. Todo esse processo foi possível a partir da flexibilização da legislação ambiental e enfraquecimento de movimentos de resistência. Isto se deu pela concessão de 50% da Reserva para explo-

ração pelas empresas BG Bolívia, Chaco, Shell e Petrobrás. Originárias do Reino Unido, Bolívia, Países Baixos e Brasil, respectivamente.

Seguindo o ritmo da natureza que as cerca, desde a perspectiva atual da agroecologia, as mulheres indígenas e camponesas vivem da produção, em pequena escala, de milho, amendoim, entre outros alimentos, além de serem pescadoras, criarem animais e produzirem mel. Vivem dos alimentos que produzem, trocam com vizinhos e vendem em feiras locais. Porém, desde a chegada intensiva das empresas na Reserva seus hábitos e formas de viver foram duramente atingidos. A poluição dos solos e água gerados não permite o desenvolvimento humano e animal e impede ou diminui muito a produção de alimentos, a pesca e as condições para criar animais e assim reproduzir a existência de suas famílias e comunidades.

A resistência local das mulheres se dá com mobilizações e ações diretas contra as empresas e em defesa do comum, como denúncia e exposição de sua contrariedade à chegada das petrolíferas. Elas buscam, em Tariquía, garantir a reprodução de suas vidas desde uma perspectiva material e simbólica. Estão em luta permanente pela manutenção dos laços comunitários, de suas formas de existir e pela relação de amor e respeito a pachamama (mãe terra). Colocam-se frente a frente às corporações e ao Estado para seguirem vivas junto aos seus.

## CHILE

No Chile, trazemos a luta e os impactos vividos em Valle del Huasco ou Província de Huasco na região costeira do Atacama. Uma Zona de Sacrificio pelo alto nível de contaminação atmosférica, onde estão instaladas cinco usinas termoelétricas de carbono e uma usina de pelotização. As empresas ali presentes são a AES Gener e a Companhia Minera del Pacífico (CMP). Uma área estabelecida como industrial, onde o bem-estar das pessoas, assim como a natureza, são colocados em segundo plano em prol do desenvolvimento das empresas e do lucro. São territórios onde já se tem comprovação de que o solo, a água e o ar estão contaminados.

São algumas décadas de alta exposição a metais pesados e substâncias tóxicas. Os impactos às mulheres e à população em geral são diversos, expressos a olhos nus pela poluição presente no território. As enfermidades são múltiplas e estudos mostram que a população de Huasco tem mais propensão a adoecer em comparação com outras partes do Chile. Nesse contexto, as mulheres são potencialmente afetadas pois precisam garantir o cuidado da casa e da família. Neste caso, ainda vemos um sério impacto à saúde reprodutiva das mulheres, a partir do contato com o resíduo de metais pesados na água e no ar. Isso é visto em malformações, abortos espontâneos, nascimentos prematuros, entre outros impactos nas crianças recém-nascidas.

As mulheres de Huasco lutam pelo fim das termoelétricas em seus lugares de morada, para que possam viver num local menos contaminado. Elas estão organizadas na Coletiva Feminista Resueltas del Valle, onde suas principais pautas são as questões referentes aos impactos socioambientais. Seus corpos são centrais em suas lutas e construções autônomas de defesa do território, como suas extensões. Os materiais da coletiva nas redes sociais e as violações vivenciadas nos territórios e em seus corpos apresentam-se como práticas comuns e cotidianas. Fazem denúncias, mas sofrem perseguições e o poder das empresas junto ao estado Chileno perpetuam a exploração e violência local.





## **DIVERSIDADES DE FORMAS, MAS PROJETOS COMUNS DE EXTINÇÃO DE VIDA. E AS RESISTÊNCIAS!**

As histórias são diversas, mas os objetivos e a estrutura de exploração são muito similares. Mudam os nomes, os atores sociais e o recurso explorado em cada um desses países e territórios, mas a terra e os corpos seguem sendo os objetos principais. Corpos femininos, negros e indígenas são tratados como empecilhos, ameaças ou apenas como corpos de trabalho para as empresas internacionais, os Estados e a lógica que impera nos megaprojetos. Exploração do minério, gás, petróleo, indústria têxtil, termoeletricas e tantas outras formas de expressão do modelo capitalista de desenvolvimento econômico se estabelecem assim. Mudam o país e o projeto, mas a forma e o sistema que os ampara são os mesmos.

As maquinarias se modernizam, as políticas sociais das empresas surgem como maquiagem ou autopropaganda, mas os impactos vividos e as perdas das formas de viver como base estrutural para manutenção da vida de comunidades inteiras seguem se dando, quase igual a antes. O extermínio do passado era explícito. O de hoje também é, mas com outros métodos.

Hoje, existem brechas mínimas para lutar contra essa destruição e exigir os direitos dos povos e da terra dentro da institucionalidade e do conhecido por essa sociedade hegemônica construída. Assim, também existem as forças das coletividades, dos movimentos sociais, organizações e caminhos de resistências vivos e permanentes. Os movimentos de mulheres e

os diversos feminismos, criam vida e constroem alternativas em meio aos impactos. Encontros, conversas, produção coletiva, arte, ervas e tantos outros caminhos de produção e reprodução da vida que pulsam das mulheres quando elas se encontram e vão dando sentido e viço às terras que parecem estar perdendo a fertilidade. Mas junto a isso ainda tem mais.

## **O IMPREVISÍVEL DESESTABILIZANTE**

Ontem e hoje o imprevisível, o não medido e quantificável, o mágico e sutil, a potência encantada que existe nos corpos-natureza atravessados são o pulsar de vida permanente em meio a tantas mortes. O elemento que desestabiliza o que se impõe como fundamental para o desenvolvimento dessa sociedade enferma, destruidora e injusta. São os corpos enramados com a terra, o rio, a natureza, que trazem dessa mistura a sabedoria, a força de luta e da regeneração, quando isso não parece mais ser possível.

Escutar, ver e viver junto aos encantados e as forças imateriais produzem resiliência e resistência impossíveis de serem controladas, medidas ou domadas. Poucos atualmente têm o dom e a sensibilidade de sentir o que a terra quer. Imaginamos que daí será possível extrair o sumo e produzir os frutos para humanidade seguir a vida nesse

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALMEIDA, Aulete Maria de; LOURENÇO, Simone Andréa. Mulheres e Megaprojetos: Uma análise sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 158 – pg. 174.

BAMBIRRA, Liara. O caso da megamineradora El Tambor e as resistências das mulheres. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 176 – pg. 190.

BAMBIRRA, Liara. O megaprojeto “Zona Franca Industrial da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODEVI)” e o cotidiano de violações das trabalhadoras haitianas. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 191 – pg. 208.

BAMBIRRA, Liara. **O Caso da Reserva Nacional da Tariquía na Bolívia**. Biblioteca Berta Cáceres, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: < <http://www.biblioteca.pacs.org.br/publicacao/o-caso-da-reserva-nacional-da-tariquia-na-bolivia/>. Acesso em: 1 abril 2020.

BAMBIRRA, Liara. **O Caso da Zona de Sacrifício de Huasco no Chile**. Biblioteca Berta Cáceres, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: < <http://www.biblioteca.pacs.org.br/publicacao/o-caso-da-reserva-nacional-da-tariquia-na-bolivia/>. Acesso em: 1 abril 2020.

COLETIVO MARTHA TRINDADE. Rio de Janeiro, 2021. Instagram: @coletivomarttha. Disponível em: < <https://www.instagram.com/coletivomarttha/>>. Acesso em: 1 abril 2020.

FÓRUM SUAPE. Pernambuco, 2021. Instagram: @forumsuape. Disponível em: < <https://www.instagram.com/forumsuape/>>. Acesso em: 1 abril 2020.



INSTITUTO PACS. Medium Instituto Pacs. Disponível em: <<https://www.medium.com/@pacsinstituto>>. Acesso em: 1 de abril de 2020

INSTITUTO PACS. **#MulheresTerritóriosdeLuta: formas de viver e (re)existir**. Instituto Pacs. Medium Instituto Pacs. Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.pacsinstituto.medium.com/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-formas-de-viver-e-re-existir-616214d52a28>>. Acesso em: 1 abril 2020.

INSTITUTO PACS. **#MulheresTerritóriosdeLuta**. Instituto Pacs. Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta>>. Acesso em: 1 abril 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. Maranhão, 2021. Instagram: @justicanostrilhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/justicanostrilhos/>. Acesso em: 1 abril 2020.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Disponível em: <<https://www.xinguvivo.org.br/>>. Acesso em: 1 abril 2020.

PARE TERNIUM. Disponível em: <<http://www.pareternium.org/>>. Acesso em: 1 abril 2020.

SILVA, Cíndia Brustolin; SILVA, Sislene Costa da. Territórios, mulheres e megaprojetos: um estudo de caso sobre a Estrada de Ferro Carajás – MA. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 105 – pg. 136.

QUEIROZ, Ana Luisa. A operação da Vale S. A. no Morro D'Água Quente, Catas Altas, e seus impactos específicos sobre os direitos humanos das mulheres. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 82 – pg. 104.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Megaprojetos e mulheres: o caso de Belo Monte. In: BITENCOURT, Yasmin; QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA; Marina. **Mulheres Atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos**. Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021, pg. 137 – pg. 158.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mulheres-territórios : mapeando conflitos, afetos  
e resistências / organização Instituto Pacs. --  
1. ed. -- Rio de Janeiro : Instituto Pacs,  
2021.

ISBN 978-65-992516-3-4

1. Ciências sociais 2. Economia 3. Mercado de  
trabalho 4. Mineração 5. Mulheres - Trabalho 6.  
Recursos naturais 7. Siderurgia.

21-61120

CDD-331.4

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mulheres : Trabalho : Economia 331.4

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





instituto  
PACS